

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – ALTERAÇÕES NA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL .....</b>	<b>5</b>
1.1 Legítima defesa .....	5
1.1.1 Art. 25, parágrafo único .....	9
1.2 Pena pecuniária .....	11
1.2.1 Art. 51, <i>caput</i> .....	12
1.3 Limite de cumprimento da pena de prisão .....	16
1.3.1 Art. 75, <i>caput</i> e § 1º .....	18
1.4 Livramento condicional .....	20
1.4.1 Art. 83, III .....	24
1.5 Efeitos da condenação .....	28
1.5.1 Art. 91-A .....	35
1.6 Causas impeditivas da prescrição .....	39
1.6.1 Art. 116 .....	41

<b>CAPÍTULO 2 – ALTERAÇÕES NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL ....</b>	<b>47</b>
2.1    Homicídio .....	47
2.1.1    Art. 121, § 2.º, VIII .....	47
2.2    Crimes contra a honra .....	49
2.3    Roubo .....	52
2.3.1    Art. 157, § 2.º, VII, e § 2.º-B .....	52
2.4    Estelionato.....	56
2.4.1    Art. 171, § 5.º.....	56
2.5    Concussão.....	61
2.5.1    Art. 316 .....	61
<b>CAPÍTULO 3 – ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....</b>	<b>63</b>
3.1    Juiz de garantias.....	64
3.1.1    Art. 3.º-A .....	64
3.1.2    Art. 3.º-B .....	68
3.1.3    Art. 3.º-C .....	83
3.1.4    Art. 3.º-D .....	86
3.1.5    Art. 3.º-E .....	87
3.1.6    Art. 3.º-F.....	87
3.1.7    Suspensão do juiz das garantias pelo Supremo Tribunal Federal.....	88
3.2    Investigação de agente de segurança .....	90
3.2.1    Art. 14-A.....	90
3.3    Arquivamento do inquérito policial .....	96
3.3.1    Art. 28 .....	96
3.3.2    Suspensão pelo Supremo Tribunal Federal .....	99
3.4    Acordo de não persecução penal.....	100
3.4.1    Art. 28-A.....	102
3.5    Perdimento de bens .....	111
3.5.1    Art. 122 .....	111
3.5.2    Art. 133 .....	112
3.5.3    Art. 124-A.....	113
3.5.4    Art. 133-A.....	113
3.6    Provas ilícitas .....	116
3.6.1    Art. 157 .....	117
3.7    Cadeia de custódia.....	120
3.7.1    Art. 158-A.....	121
3.7.2    Art. 158-B.....	122

3.7.3	Art. 158-C.....	126
3.7.4	Art. 158-D.....	127
3.7.5	Art. 158-E.....	128
3.7.6	Art. 158-F.....	129
3.8	Medidas cautelares .....	129
3.8.1	Art. 282 .....	130
3.9	Requisitos da prisão.....	134
3.9.1	Art. 283 .....	135
3.10	Prisão sem mandado.....	136
3.10.1	Art. 287 .....	136
3.11	Prisão em flagrante.....	137
3.11.1	Art. 310 .....	137
3.12	Prisão preventiva .....	144
3.12.1	Art. 311 .....	145
3.12.2	Art. 312 .....	145
3.12.3	Art. 313 .....	150
3.12.4	Art. 315 .....	152
3.12.5	Art. 316 .....	157
3.13	Prisão automática no Tribunal do Júri .....	160
3.13.1	Art. 492 .....	163
3.14	Nulidades.....	167
3.14.1	Art. 564 .....	168
3.15	Recurso em sentido estrito.....	169
3.15.1	Art. 581 .....	169
3.16	Recursos especial e extraordinário.....	170
3.16.1	Art. 638 .....	170
<b>CAPÍTULO 4 – LEI DE EXECUÇÃO PENAL – LEI 7.210/1984 .....</b>		171
4.1	Identificação genética .....	172
4.1.1	Art. 9.º.....	172
4.2	Falta grave pela recusa em fornecer material genético .....	177
4.2.1	Art. 50 .....	178
4.3	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	179
4.3.1	Art. 52 .....	181
4.4	Progressão de regime.....	190
4.4.1	Art. 112 .....	190
4.5	Vedações à saída temporária ao condenado por crime hediondo com resultado morte .....	201
4.5.1	Art. 122 .....	201

<b>CAPÍTULO 5 – LEI DE CRIMES HEDIONDOS – LEI 8.072/1990 .....</b>	203
5.1    Ampliação do rol de crimes hediondos .....	203
5.1.1    Art. 1.º.....	203
5.1.2    Revogação do § 2.º do art. 2.º .....	212
<b>CAPÍTULO 6 – LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI 8.429/1992 .....</b>	213
6.1    Acordo de não persecução civil.....	214
6.1.1    Art. 17, § 1.º.....	217
6.1.2    Art. 17, § 10-A.....	217
<b>CAPÍTULO 7 – LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA – LEI 9.296/1996.....</b>	219
7.1    Captação ambiental .....	220
7.1.1    Art. 8.º-A .....	220
7.1.2    Art. 10-A.....	225
<b>CAPÍTULO 8 – LEI DE LAVAGEM DE CAPITAIS – LEI 9.613/1998.....</b>	227
8.1    Possibilidade de utilização de agente infiltrado e ação controlada para investigação de crimes de lavagem .....	227
<b>CAPÍTULO 9 – ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI 10.826/2003 .....</b>	233
9.1    Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito .....	233
9.1.1    Art. 16 .....	233
9.2    Comércio ilegal de arma de fogo .....	236
9.2.1    Art. 17 .....	236
9.3    Tráfico internacional de arma de fogo .....	238
9.3.1    Art. 18 .....	238
9.4    Causa de aumento de pena .....	239
9.4.1    Art. 18 .....	239
9.5    Banco Nacional de Perfis Balísticos .....	240
9.5.1    Art. 34-A.....	240
<b>CAPÍTULO 10 – LEI DE DROGAS – LEI 11.343/2006 .....</b>	241
10.1    Tráfico de entorpecentes .....	241
10.1.1    Art. 33 .....	241
<b>CAPÍTULO 11 – LEI DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL DE SEGURANÇA MÁXIMA – LEI 11.671/2008.....</b>	245
11.1    Competência federal para execução da pena .....	246

11.1.1	Art. 2. <sup>º</sup> .....	246
11.2	Regras para inclusão no Sistema Penitenciário Federal de Segurança Máxima.....	248
11.2.1	Art. 3. <sup>º</sup> .....	248
11.3	Tempo de permanência no sistema penitenciário federal de segurança máxima.....	251
11.3.1	Art. 10 .....	251
11.4	Competência da Vara da Execução Federal e julgamento colegiado...	253
11.4.1	Art. 11-A.....	253
11.4.2	Art. 11-B.....	254
<b>CAPÍTULO 12 – LEI DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – LEI 12.037/2009....</b>		255
12.1	Coleta de dados para perfil genético.....	257
12.1.1	Art. 7. <sup>º</sup> -A .....	257
12.2	Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.....	258
12.2.1	Art. 7. <sup>º</sup> -C .....	258
<b>CAPÍTULO 13 – LEI DE COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – LEI 12.694/2012.....</b>		263
13.1	Varas Criminais Colegiadas .....	264
13.1.1	Art. 1. <sup>º</sup> -A .....	265
<b>CAPÍTULO 14 – LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – LEI 12.850/2013 .....</b>		269
14.1	Líderes de organizações criminosas armadas ou com armas disponíveis .....	269
14.1.1	Art. 2. <sup>º</sup> .....	269
14.2	Colaboração premiada .....	271
14.2.1	Art. 3. <sup>º</sup> -A .....	273
14.2.2	Art. 3. <sup>º</sup> -B .....	273
14.2.3	Art. 3. <sup>º</sup> -C .....	275
14.2.4	Art. 4. <sup>º</sup> , § 4. <sup>º</sup> .....	277
14.2.5	Art. 4. <sup>º</sup> , § 4. <sup>º</sup> -A.....	278
14.2.6	Art. 4. <sup>º</sup> , § 7. <sup>º</sup> .....	279
14.2.7	Art. 4. <sup>º</sup> , § 7. <sup>º</sup> -A.....	280
14.2.8	Art. 4. <sup>º</sup> , § 7. <sup>º</sup> -B .....	281
14.2.9	Art. 4. <sup>º</sup> , § 8. <sup>º</sup> .....	281
14.2.10	Art. 4. <sup>º</sup> , § 13 .....	283
14.2.11	Art. 4. <sup>º</sup> , § 16 .....	283

14.2.12	Art. 4.º, § 17.....	284
14.2.13	Art. 4.º, § 18.....	285
14.2.14	Art. 5.º.....	285
14.2.15	Art. 7.º, § 3.º .....	286
14.3	Do agente infiltrado virtual.....	287
14.3.1	Art. 10-A.....	287
14.3.2	Art. 10-B.....	289
14.3.3	Art. 10-C.....	289
14.3.4	Art. 10-D.....	290
14.3.5	Art. 11, parágrafo único .....	290
<b>CAPÍTULO 15 – LEI DO DISQUE DENÚNCIA – LEI 13.608/2018.....</b>		293
15.1	<i>Whistleblower</i> .....	293
15.1.1	Art. 4.º-A .....	294
15.1.2	Art. 4.º-B .....	294
15.1.3	Art. 4.º-C .....	295
<b>CAPÍTULO 16 – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – LEI 8.038/1990.....</b>		297
16.1	Acordo de não persecução em competência originária .....	297
16.1.1	Art. 1.º .....	297
<b>CAPÍTULO 17 – FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – LEI 13.756/2018.....</b>		299
17.1	Fontes de custeio .....	299
17.1.1	Art. 17 .....	299
<b>CAPÍTULO 18 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI 1.002/1969 .....</b>		303
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		305